

A INDÚSTRIA DE CIMENTO NO BRASIL E O ESTADO: RELAÇÕES ESTREITAS

Laurindo Mékie Pereira*
Irineu Ribeiro Lopes**

Resumo: O objetivo desse artigo é examinar o surgimento e expansão da indústria de cimento do Brasil e apresentar as principais tramas e articulações que viabilizaram o seu desenvolvimento no processo de industrialização e modernização da infraestrutura do país. Analisamos em destaque a desenvoltura política e econômica das lideranças dos produtores de cimento junto ao Estado, verificamos a sua forte relação com os grupos que dominavam o ramo da construção civil pesada. Esta simbiose (Construtora, Indústria de Cimento e Estado) transformou o Brasil na década de 1970 em um verdadeiro canteiro de obras, contribuindo desta forma para o surgimento de diversas fábricas de cimento em todo país, elevando o Brasil condição de autossuficiente na produção de cimento.

Palavras-chave: Indústria de Cimento, Estado e Construção civil pesada

A CEMENT INDUSTRY IN BRAZIL AND THE STATE: NARROW RELATIONS

Abstract: The aim of this paper is to examine the emergence and expansion of cement industry in Brazil and present the main plots and joints that have enabled its development in the process of industrialization and modernization of infrastructure in the country. Analyzing specially the political and economic performance of the leaders of cement companies in dealing with the government, it was possible to notice the strong relationship

* Doutor em história pela Universidade de São Paulo/USP ,professor do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.Bolsista FAPEMIG/ BIPTDT

** Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros, professor do Departamento de História da Unimontes.

between the government and the groups that have dominated the field of heavy civil construction. This symbiosis between construction company, cement industry and the State transformed Brazil in the 1970s into a real construction site, so that contributing to the emergence of several cement companies throughout the country, leading Brazil to attain self-sufficiency status in cement production.

Keywords: Cement industry, government and heavy civil construction.

LA INDUSTRIA DE CEMENTO EN BRASIL Y EL ESTADO DE ESTRECHAS RELACIONES

RESUMEN: El objetivo de este artículo es examinar el surgimiento y expansión de la industria del cemento en Brasil y presentar las principales tramas y articulaciones que viabilizaron su desarrollo en el proceso de industrialización y modernización de la infraestructura del país. Analizamos, en destaque, la desenvolvura política y económica de los liderazgos de los productores de cemento junto al Estado, verificamos su fuerte relación con los grupos que dominaban el ramo de construcción civil pesada. Esta simbiosis (constructora, industria del cemento y Estado) ha transformado Brasil, en la década de 1970, en un verdadero cantero de obras contribuyendo para el surgimiento de diversas fábricas de cemento en todo país, elevando el país a la condición de autosuficiencia en esta producción.

Palabras clave: industria del cemento, Estado, construcción civil pesada.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das indústrias de cimento no Brasil está estritamente ligado à indústria da construção civil pesada e ao aporte do Estado, principal agente de financiamento das indústrias e das obras de infraestrutura. Nesse sentido, procuramos fazer uma análise da relação entre a indústria de cimento no Brasil e o Estado, pontuando suas principais relações.

Em virtude das limitações de um artigo, fizemos recortes. Não fizemos um trabalho profundo sobre a economia brasileira, tampouco da história da indústria de cimento do Brasil em toda a sua dimensão, mas realizamos um recorte desses estudos, a fim de melhor compreender e esclarecer os principais fatores que contribuíram para o surgimento de inúmeras fábricas de cimento, com destaque para a fábrica de cimento que foi instalada

no Norte de Minas, na cidade de Montes Claros, a Companhia de Materiais Sulfurosos - Matsulfur.

As obras utilizadas foram de historiadores, economistas, sociólogos e cientistas políticos que estudaram a indústria de cimento no Brasil, desde o governo Vargas até o final do governo civil-militar instalado em 1964. Também foram consultadas dissertações, teses, artigos e produções da Associação Brasileira dos Produtores de Cimento Portland e do Sindicato dos produtores de cimento, inclusive da construção civil, cujas pesquisas e estudos discutem a evolução da indústria de cimento e da construção civil no Brasil.

2.1 As indústrias de cimento no Brasil – um breve histórico

2.1.1 A origem do cimento

A origem da utilização de pedra para construções remonta às civilizações mais antigas, no entanto, foi no século XIX (1830) que o pesquisador Joseph Aspdin, na Inglaterra, apresentou ao mundo sua pesquisa. A pesquisa de Aspdin consistia na “fabricação de um ligante que resultava da mistura, calcinada em proporções certas e definidas, de calcário e argila, conhecido mundialmente até hoje” (SNIC, 2006, p.1). Dessa forma, surgiu em grande escala o cimento, pó precioso, que ficou conhecido como “cimento portland” por possuir cor e características semelhantes a uma pedra existente na Ilha de Portland.

Contudo, foi na França, em 1855, que o cimento ganhou notoriedade pela engenhosidade de Joseph Louis Lambot. De forma inédita, Lambot levou ao conhecimento dos presentes, em uma exposição no salão de Paris, um barco de cimento armado, que ficou conhecido, em 1920, como concreto armado. Tal fato ganhou destaque no mundo inteiro e conquistou os interesses dos empresários e lideranças políticas.

2.1.2 A produção de cimento no Brasil

Da segunda metade do século XIX até 1930, o sucesso da economia brasileira era determinado pela atividade agroexportadora¹. Os lucros com

¹ OLIVEIRA, 2010, p.13 “De fato, no final do século XIX, enquanto a agricultura respondia por algo em torno de 40% do produto interno bruto (PIB), a participação das exportações alcançava mais de 20% na sua geração, garantindo divisas para o país cobrir suas necessidades de importações de bens e serviços. Os impostos sobre as importações representavam mais de 60% da receita do Império”.

a exportação do café propiciavam autonomia aos grandes produtores do produto e a pequena carga tributária contribuía para a acumulação de capital privado. A partir da segunda metade do século XIX, o Estado Imperial tinha como maior fonte de arrecadação os impostos de importação, conforme destaca Oliveira,

De fato, no final do século XIX, enquanto a agricultura respondia por algo em torno de 40% do produto interno bruto (PIB), a participação das exportações alcançava mais de 20% na sua geração, garantindo divisas para o país cobrir suas necessidades de importações de bens e serviços. Os impostos que sobre as importações incidiam representavam mais de 60% das receitas do Império. (2010, p.13).

Assim, podemos destacar que a dependência das importações tornaram inviáveis as possibilidades de se investir em uma política de industrialização e modernização do país. Os investimentos estrangeiros estavam alocados em infraestrutura para atender os interesses da economia cafeeira em estradas, ferrovias, portos, pontes e edificações, com a utilização de insumos importados, equipamentos e mão de obra, ampliando o grau de vinculação econômica internacional (MENDONÇA, 1988).

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ocorreram várias tentativas e experiências para a produção de cimento, porém, sem êxito, conforme destaca o relatório do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SINC):

O primeiro a produzir cimento no Brasil, portanto, foi o engenheiro Louis Nóbrega, por um curto período de 3 meses, no ano de 1892. A Usina Rodovalho funcionou até 1904, produzindo o cimento “Santo Antônio”. Retornou à atividade em 1907, lançando no mercado os produtos com as marcas “Lage”, “Torquês” e “Meia Lua”, tendo sido definitivamente extinta em 1918. (2003, N. 50, p. 2).

Após essas frustradas experiências, finalmente, em 1926, o cimento passou a ser produzido no Brasil pela Companhia Brasileira de Cimento Portland. De acordo Prochnik (1998, p. 57), “Esta empresa era de propriedade de capitais canadenses (70%) e nacionais (30%)”, era localizada no interior, a 23 km de São Paulo, essa nova fábrica se tornou, em pouco tempo, o principal marco histórico da produção de cimento no Brasil. Sua produção, segundo Chaves (2005), contribuiu para a promoção de uma verdadeira revolução no campo da construção civil, considerado o maior gerador de empregos na história do Brasil.

Desde a criação da primeira fábrica de cimento a demanda cresceu, substituindo outras matérias primas que tinham menor durabilidade. De acordo com a ABPC e SINC, o avanço da indústria de cimento está relacionado às seguintes razões: primeiro porque a utilização do concreto armado conquistou a confiança e aguçou a ousadia de engenheiros e arquitetos em todo o mundo; segundo, despertou políticos e empresários interessados em fazer empreendimentos de infraestrutura e paisagismo no país; e terceiro, era um promissor mercado de trabalho. De acordo com Prochnik:

O cimento destina-se, basicamente, à construção civil. Neste setor, o cimento é consumido nos diferentes segmentos de construção pesada (barragens, rodovias, obras de saneamento), construção de edificações, (habitação e prédios comerciais e industriais), serviços de construção (execução de etapas específicas de obras, ex.: terraplanagem, instalações...) e o setor informal da construção (pequenas obras e reformas). O outro segmento da construção civil, montagem industrial, também consome cimento, embora em quantidade menor. (1998, p. 56).

Em 1929, com a crise² do modelo agroexportador, ocorreu uma grande depressão financeira, colocando o país em situação de incerteza. Tal crise inviabilizou, sobremaneira, a entrada de capital externo. A partir de 1934, o Estado entrou em cena promovendo intervenção econômica, controle da produção e fixação de preços, ampliando o poder de arrecadação de recursos. Para Oliveira (1966, p. 22), “a crise exigiria, por um lado, maior intervenção do Estado no campo econômico, imprimindo um movimento dinâmico ao processo que o libertaria, em boa medida, das amarras do *laissez-faire*”, que perdurou durante a república velha (1889-1929).

Por força da atuação do Estado,

As oportunidades do mercado de cimento atraíram grupos nacionais para o setor. Estes grupos, além da demanda em rápida ascensão, tiveram a vantagem de não ter que competir com novos investidores externos. Grupos econômicos de outros países, nesta fase, estavam com sua capacidade de investimento exaurida, por causa da crise internacional. Além da entrada do grupo Votorantim, é nesta fase que entram, no

² De acordo Oliveira (2010, p. 18) “Da crise econômica que continuou avançando, neste início, acentuando o desequilíbrio externo da economia brasileira, surgiriam as condições para o país acelerar o processo de industrialização e modificar o seu padrão de acumulação, com as atividades internas assumindo a liderança do crescimento e passando a comandar os ciclos econômicos. Estas mudanças refletir-se-iam sobre a estrutura tributária, modificando tanto sua dimensão quanto sua composição.

setor de cimento, os grupos Paraíso, Itaú e João Santos. (PROCHNIK, 1998, p. 59).

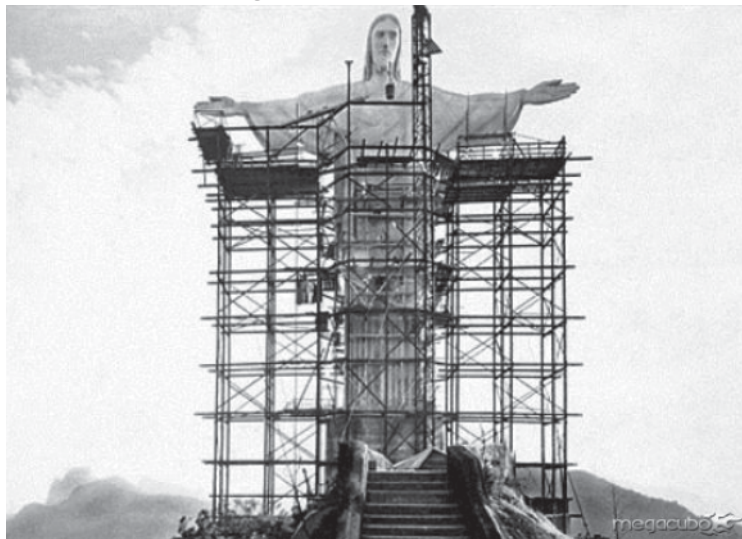
Esse novo cenário, além de promover a diversificação nos grupos econômicos nacionais, contribuiu para a desestruturação do Estado oligárquico e fortalecimento de outros setores da economia. Nesse sentido, o governo central concentrou poder e construiu novas formas de participação política dos setores da indústria brasileira.

Tratando especificamente da indústria cimenteira, Prochnik (1983) afirma que os empresários do ramo, a fim de evitar custos com transportes de cargas pesadas, passaram a construir as novas fábricas de cimento próximas às jazidas de calcário, uma vez que para cada tonelada de cimento é necessário o emprego de 1,4 toneladas de calcário. Essa medida propiciou a interiorização do capital industrial, pois o custo com o transporte do cimento é muito mais barato do que o transporte da matéria prima. Essa mudança, além de reduzir os custos da produção, permitiu que o cimento ficasse mais acessível para a construção de habitações populares.

Ao analisar os relatórios da Associação Brasileira dos Produtores de Cimento Portland, fica evidente que os empresários do setor cimenteiro, além de trabalhar em parceria com o Estado, faziam propaganda do produto ao exaltar a grandiosidade das obras construídas. Um exemplo disso foi a inauguração do Cristo Redentor, monumento construído na capital nacional, na época, Rio de Janeiro³, durante a gestão do então presidente Getúlio Vargas, no dia 12 de outubro de 1931, dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida e que passou a ser feriado nacional.

³ A pedra fundamental do monumento foi lançada em 4 de abril de 1922, mas as obras somente foram iniciadas em 1926. Dentre as pessoas que colaboraram para a realização, podem ser citados o engenheiro Heitor da Silva Costa (autor do projeto escolhido em 1923), o artista plástico Carlos Oswald (autor do desenho final do monumento) e o escultor francês de origem polonesa Paul Landowski (executor dos braços e do rosto da escultura). Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-foi-construido-o-cristo-redentor>> . Acesso em: 12 jan 2013.

Figura 1: Cristo Redentor, inaugurado em 1931



Fonte: SNIC, 2010

A grandiosa obra exaltava a ousadia da engenharia e arquitetura brasileira, revelando o nascimento da indústria de cimento e sinalizando as pretensões políticas do governo Vargas. Este, naquele momento, buscava aproximar-se do povo brasileiro, em sua maioria católica, dessa forma, ganhava popularidade junto aos fiéis católicos e conquistava a legitimidade do seu governo.

De acordo com as informações do relatório do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (2010), na década de 1930, o Brasil já contava com cinco novas unidades indústrias de cimento e despontavam as primeiras grandes obras em concreto armado com cimento fabricado no Brasil, como o Elevador Lacerda, em Salvador; o Cristo Redentor e o Jockey, no Rio de Janeiro.

No período de 1930 a 1945, ganharam destaque as medidas em favor do desenvolvimento industrial através de uma reforma tributária que propiciaria a capitalização do Estado e, por meio dessa, a transferência de recursos para os novos setores, patrocinando a industrialização e acumulação de capital privado, com evidência para as construtoras e as indústrias de cimento.

A articulação do produtores de cimento ganhou forma institucional em 1936 com a criação da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP). De acordo com o relatório da associação, sua finalidade estava voltada para o desenvolvimento de estudos sobre o cimento, controle de qualidade e sua

adequada utilização. O discurso da ABCP declarava que o seu sucesso estava relacionado à autonomia científica e ao financiamento de todas as indústrias filiadas.

Sintonizada com as estratégias adotadas por fabricantes e com as oscilações da produção e do consumo de cimento no Brasil, a ABCP se dedicou à divulgação de tecnologias e à apresentação de projetos para ampliar a utilização do produto. Ao evidenciar benefícios como redução de custos, durabilidade e facilidade de aplicação, aconselhava a substituição de materiais tradicionais por cimento ou artefatos de cimento (BOLETIM DA ABCP, 2006, p. 6).

A análise dos relatórios e boletins da ABCP⁴ e do SNIC possibilita avaliar que ambas faziam pesquisa de ponta, buscando aperfeiçoar a produção de cimento e demandar do Estado grandes investimentos na elaboração de novos empreendimentos milionários. Por esse motivo, esses centros de pesquisa se tornaram sustentáculos das indústrias produtoras de cimento, financiando a formação de novos engenheiros e de novas pesquisas em parceria com a Universidade Estadual de São Paulo, o que suscitou a necessidade de se criar escolas de engenharia para atender as indústrias produtoras de cimento. As articulações entre capital industrial e centros de pesquisas propiciaram a formação de um departamento na USP, mudando os rumos da produção industrial brasileira. As instituições de pesquisa tiveram forte influência e interferência na agenda política dos governos, o que nos permite compreender sua hegemonia no mercado nacional e na agenda política dos governos brasileiros.

Na década de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, a ABCP, ao analisar a queda do consumo e do ritmo de crescimento da indústria, identificou que as obras de pavimentação estavam sofrendo sensível queda em decorrência da escassez de material e desgaste do maquinário. Assim, a ABCP buscou, junto ao governo Vargas, através dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica, desenvolver pesquisas e parcerias que beneficiassem a ampliação e o surgimento de novas áreas de desenvolvimento tecnológico, conforme destacou Oliveira,

Nascem nesta fase empresas que seriam cruciais para impulsionar o processo de industrialização: o projeto de instalação

⁴ Conforme Boletim da ABCP (2006, p. 8) “Em 1940, a ABCP participa da fundação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), passo decisivo no aperfeiçoamento da atividade cimenteira. Foi então elaborada a primeira norma brasileira oficialmente reconhecida e aplicada, a “NB-1 - Cálculo e Execução de Obras de Concreto Armado”, que sucedeu a já existente “Norma para Execução e Cálculo de Concreto Armado”, elaborada em 1937 pelo professor Telêmaco van Langendonck.”

no país de uma usina integrada, que se materializará na criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, em meio à Segunda Grande Guerra Mundial, com financiamento norte-americano, cujas operações só começariam, no entanto, em 1946; a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942; a Companhia Nacional de Álcalis (CNA) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1943; a Acesita, em 1944, para a produção de aços especiais. Ao mesmo tempo, foram impulsionados vários projetos para aumentar a oferta de energia no país, a exemplo da criação da Companhia Hidro- Elétrica do São Francisco (CHESF), em 1945. (2010 p.24).

De acordo com estudos da ABCP, no período de 1940 a 1945, a indústria de cimento viveu uma forte crise financeira provocada pela queda no consumo. Entretanto, essa crise foi superada em 1945, uma vez que o governo Dutra atuou fortemente no setor da construção pesada. Nesse sentido, foi criada a Lei Joppeter, que deu origem ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER)⁵ e autorizou a criação do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens.

Segundo Prochinik (1983), o Estado brasileiro, através de seus aparelhos, desenvolveu uma política tributária sobre os combustíveis, criando um Fundo para subsidiar as grandes obras do setor rodoviário e ferroviário do país. O capital acumulado nesse fundo, a partir da década de 1950, serviu para o investimento na construção pesada de pavimentação de rodovias federais, conforme destaca o autor:

o impacto dos investimentos em construção, melhoramento, pavimentação e conservação de estradas, representava 4,5% da formação bruta de capital fixo em 1947, e atinge entre 10% e 11% nos três últimos anos da década de cinquenta. Portanto, o crescimento das rodovias pavimentadas (estaduais e federais) cresce rapidamente, especialmente no período 1955/1961, quando se expande a uma taxa de 30% ao ano (1983, p. 85).

Portanto, no período de 1940 a 1950, a indústria da construção civil pesada brasileira deu grandes passos, propiciando a autonomia na produção de minério. Apesar desse crescimento, o país ainda importava cimento e buscava ampliar sua produção interna.

⁵ De acordo com o Boletim comemorativo dos 70 anos da ABCP, publicado em 2006, p. 7: “Nos anos 40, o emprego do concreto em suas diversas modalidades firmou-se em definitivo. As obras de pavimentação de concreto estenderam-se a aeroportos e estradas, recebendo manifestações de apoio e interesse do DNER, entre outros.”

2.1.3 Uma nova era da indústria de Cimento

A partir da década de 1950 a indústria de cimento no Brasil passou por um intenso processo de crescimento embalada, inicialmente, pela política desenvolvimentista do governo Vargas (1951-1954). Nesse período, as prioridades do governo estavam atreladas a uma política de estruturação nos setores de energia e transportes. Para Francisco de Oliveira (1977 p. 77), “o padrão de acumulação intentado para a economia brasileira fundava-se numa prévia expansão do setor de bens de produção”. Essas atividades produtivas foram viabilizadas sob a forma de empreendimentos estatais, responsáveis em promover o crescimento e a modernização da indústria brasileira e a acumulação de capital privado. De acordo com Juarez Rubens Brandão Lopes (1976), o “nacionalismo” é transformado em “desenvolvimentismo”; e na década de 1950 concretizam-se medidas deliberadamente favoráveis à industrialização com a entrada, em grande escala, de capitais estrangeiros na indústria mecânica e pesada.

Em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), responsável por estabelecer uma política de investimento para dar suporte financeiro à montagem da infraestrutura econômica e ao processo de industrialização. Segundo Oliveira (2010, p. 30), “No comando dessas transformações, o Estado aumentou consideravelmente sua participação na economia, tanto na formação bruta de capital como no consumo”. A criação da Petrobrás, em 1953, deu visibilidade à centralização do poder econômico estatal e, ao mesmo tempo, desencadeou um processo de criação de várias outras empresas estatais no ramo da mineração e siderurgia. Ainda de acordo com Oliveira, os projetos das estatais foram elaborados durante a ditadura de Vargas, mas sua efetivação só ocorreu na década de 1950.

Dados da Associação Brasileira dos Produtores de Cimento apontam que os empreendimentos estatais contribuíram para a modernização e inovação tecnológica da indústria cimenteira, colaborando para que dezesseis novas fábricas surgissem e elevassem a produção de cimento no Brasil que, em 1950, era de aproximadamente 1,4 milhão de toneladas, para 4,5 milhões de toneladas em 1960(ABCP, 2006). Entretanto, de acordo com Santos (2005), a demanda do cimento não acompanhou o aumento da produção nacional.

O Brasil, no período de alta de investimentos da construção civil, mesmo com todos os avanços da indústria de cimento, não conseguiu atender a demanda interna, fato que obrigou o país a importar o produto. Prochnik (2006) considera que a escassez de equipamentos foi a responsável pela

incapacidade na produção.

Em 1953, a ABCP resgatou os estudos e pesquisas sobre solo-cimento, baseada na intenção da indústria de suprir o mercado interno. Essa ação, junto aos órgãos administrativos do Governo, levou à realização, em 1956, do plano de pavimentação de 2.000 km de estradas sobre bases estabilizadas com cimento. (p.10).

Além do destaque às grandes obras e investimentos, como citado acima, todas as publicações da ABCP faziam alusão aos resultados do centro de formação especializado de engenheiros. Segundo Siqueira (2001), as ações da ABCP contribuíam para ampliar o monopólio tecnológico, econômico e político da produção de cimento, bem como fortalecer sua atuação no mercado, reforçando sua presença junto aos aparelhos do Estado. Na análise de Campos (2012), a ação dos empresários da indústria do cimento se inscreve nas lutas pela hegemonia no interior do estado ampliado brasileiro, como o exemplifica a criação, em 1953, do Sindicato Nacional das Indústrias do Cimento (SNIC)⁶, um aparelho privado de hegemonia, conforme terminologia gramsciana (GRAMSCI, 2004).

Tendo em vista a necessidade de aumentar os lucros e reduzir os custos da produção, de acordo com Prochinik (1998), a partir de 1952 foram instaladas novas fábricas de cimento no Brasil, que passaram a utilizar o alto forno, este foi considerado como um grande avanço tecnológico, contribuindo não só com o aumento da produção de cimento, mas também para o aproveitamento melhor dos resíduos que eram eliminados na atmosfera.

Entre 1945 e 1953, o volume de cimento importado cresceu de 258 para 997 mil toneladas, apesar de a produção nacional ter atingido o patamar de 2 milhões de toneladas/ano. A partir de 1956, no entanto, os investimentos realizados no Brasil puderam suprir a demanda interna, com uma produção da ordem de 3,2 milhões de toneladas. Desde então, o País se tornou auto-suficiente e a importação de cimento estrangeiro deixou de ser relevante (SNIC, 2003, p. 4).

Nesse sentido, é notório correlacionar a criação do SNIC, no mesmo período, com a criação do Sindicato das Indústrias da Construção Civil. Além dos objetivos já apontados, caberia ao SNIC representar formalmente

⁶ No plano político-institucional, a indústria do cimento ganhou maior presença na década de 1950, com a fundação, em 1953, no Rio de Janeiro, do SNIC, tendo como primeiro presidente José Erminio de Moraes, do Grupo Votorantim (53/55). ABCP (2006, p. 11).

as empresas afiliadas junto ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho nas negociações dos dissídios coletivos com os sindicatos dos trabalhadores. Assim, a entidade combinava avanços tecnológicos com organização, controle e regulação da mão de obra necessária ao funcionamento das indústrias⁷.

De acordo com Mendonça (1988), no governo JK, formou-se com razoável nitidez um tripé de financiamento do crescimento industrial, a saber: capital estatal, capital privado nacional e capital estrangeiro. O Plano de Metas, nesse mesmo governo, com suas 31 metas, estabelecia as áreas prioritárias para os investimentos e expansão do parque industrial do país.

Ainda segundo a autora, a estratégia do governo JK para a implementação do seu plano de governo foi fortalecimento da aliança política PTB-PSD. O último representava empreiteiras e proprietários rurais, que faziam barganhas com empresários regionais e o primeiro, representando os trabalhadores, incluindo, naturalmente, aqueles das estatais e da indústria pesada.

Nesse contexto, através do Plano de Metas, o governo JK adotou uma política de desenvolvimento econômico pautada na industrialização, priorizando o volume de investimentos, conforme demonstra o quadro abaixo, em bilhões de Cr\$ e milhões de US\$ no período de 1957 - 1961, por setor:

Tabela 1 - Ordem de Importância dos Investimentos do Governo JK

	Produção Interna Cr\$	Importação US\$	Importação Cr\$ *	Total Cr\$	%
Energia	110,0	862,2	69,0	179,0	42,4
Transportes	75,3	582,6	46,6	121,9	28,9
Ind. Básica	34,6	742,8	59,2	93,8	22,3
Alimentação	4,8	130,9	10,5	15,3	3,6
Educação	12,0	-	-	12,0	2,8
Total	236,7	2318,5	185,3	422,0	100,0

* Cerca de 70% valor adquirido em cruzeiros era de material importado.

Fonte: Conselho do Desenvolvimento, 1959. Elaborado por Pinto (2007, p).

⁷ Em 1954, o então secretário-geral, Francisco de Assis Basílio convidou cinco engenheiros rodoviários para um curso na ABCP chamado “Estágio de Engenheiros Rodoviários”. Esse evento foi considerado o 1º Curso Intensivo de Solo-Cimento. Até 2006, a ABCP realizou 199 edições do curso de solo-cimento, com 1.595 participantes (ABCP, 2006).

Os dados acima evidenciam que o Brasil passou a ter uma nova matriz produtiva, calcada na indústria, que se estendeu dos grandes centros como São Paulo e capital e se interiorizou pelo Brasil por força da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE⁸ e do BNDE⁹. Como marco histórico da era JK, a construção de Brasília contribuiu para que o setor da construção civil, da produção de cimento e ferro ganhasse maior notoriedade e aumentasse o seu capital. Além disso, contribuiu, também, com a indústria da construção pesada de pavimentação e rodovias, que lucrou com a construção de rodovias. Por meio das rodovias federais e estaduais, que ligavam o país de ponta a ponta, a indústria automobilística foi extremamente beneficiada e as ferrovias reduziram sua hegemonia no setor de transportes. Esse quadro revela o porquê do modelo de desenvolvimento do governo JK ter transformado as cidades industrializadas em verdadeiros depósitos de trabalhadores desprovidos de condições dignas de vida, vivendo precariamente, sem acesso às políticas públicas de saúde, educação, habitação e saneamento básico.

De acordo com Diniz (1981), um dos maiores destaques da era JK, principalmente para Minas Gerais e Goiás, foi a construção de Brasília, grande responsável por promover uma verdadeira transformação na geografia econômica, política e social, além de promover também uma das maiores mudanças na história do Brasil. A construção de Brasília propiciou a migração populacional de pessoas oriundas de várias regiões do país para o canteiro de obras da nova capital, gerando milhares de empregos sazonais; e contribuindo para o surgimento de novas fábricas de cimento.

2.1.4 Um período de crise e emancipação da Indústria do Cimento

Os anos iniciais da década de 1960 foram marcados por uma crise política com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. A crise se agravou durante o governo João Goulart, associada à crise econômica que abalava as estruturas produtivas do país, culminando no golpe de 1964.

⁸ Em 27 de maio de 1959, finalmente, a Câmara dos Deputados aprovou a criação da SUDENE, e em 13 de dezembro seguinte foi sancionada a Lei nº 3.692 que instituía o novo órgão, vinculado diretamente à presidência da República. A SUDENE era definida como uma agência de desenvolvimento regional, incumbida de planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de atuar como órgão centralizador dos investimentos federais na região (FURTADO, 2001).

⁹ De acordo com CARDOSO (1996), o BNDE antes da chegada de JK ao poder, juntamente com a CEPAL já indicavam os pontos de estrangulamento da economia brasileira, tratando-os como setores críticos que impediam um adequado funcionamento da economia.

De acordo com Mendonça (1988), no início de 1964, as agitações políticas, as mobilizações sociais e as constantes greves revelaram as fragilidades do governo, geraram uma situação de insegurança e incerteza; e elevou a inflação, que chegou ao patamar de 100%, tudo isso contribuiu para a deposição de Goulart. Todavia, segundo Oliveira,

O golpe militar desfechado em março de 1964, apoiado pelas classes dominantes em associação com o capital estrangeiro, e por segmentos da classe média influenciados pela propaganda anticomunista, conduziu novamente à instalação, no país, de um Estado autoritário, que se manteve à frente de seu comando por mais de 20 anos. Como uma repetição do mesmo filme da era do Estado Novo, as liberdades individuais foram suprimidas, os partidos políticos extintos e recriados na forma do bipartidarismo para melhor atenderem aos interesses e controle do novo governo, o Congresso Nacional transformado em mera figura decorativa no concerto dos poderes, e o judiciário silenciado. (2010, p. 31)

A indústria de cimento avançou no novo regime. O período de 1968 a 1969, conforme publicação do boletim comemorativo dos cinquenta anos da SNIC, foi apontado como um marco para a indústria do cimento, pois balizou uma maior liberação recursos e incentivos fiscais, através da SUDENE. Recursos esses destinados à industrialização e à realização de grandes obras públicas em toda a região Nordeste e, inclusive, no norte de Minas Gerais. Nesse mesmo período, foi anunciada a “inauguração de três fábricas: a Companhia Cearense de Cimento Portland, em Sobral; a Cimento Santa Rita, em Cubatão, São Paulo; e a Matsulfur, em Montes Claros, Minas Gerais” (SNIC, 2003, p. 5).

De acordo com o Boletim Informativo da ABCP do mesmo ano, os empresários da indústria de cimento, embalados pelas medidas do Programa Estratégico de Desenvolvimento - PAEG (1967-1970), divulgaram um ambicioso investimento na ordem de US\$ 550 milhões para os anos seguintes, com o objetivo de alcançar 20 milhões de toneladas/ano até 1975. Essa ousadia empresarial conjugava os interesses políticos e econômicos do governo civil militar¹⁰ e das lideranças da indústria do cimento e da construção civil.

¹⁰ Os empresários deixavam claro que eles entendiam, assim como os demais componentes do grupo de poder, que a distensão tinha um sentido de continuidade dos objetivos estabelecidos pelo movimento de março de 1964. Desta forma, o AI-5 continuava sendo endossado por eles como uma necessidade. A preservação do suposto sistema de valores e idéias sobre a democracia continuava passando, para eles, pelos atos de exceção. (REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico] , 2013. p. 192.

Conforme estudos desenvolvidos por Furtado (2001) e Diniz (1981) , o sucesso da economia no período de 1968 a 1973, classificado pela mídia como “milagre econômico” foi possível devido às seguintes razões aqui apresentadas sinteticamente: superação da crise econômica, redução da inflação a níveis toleráveis para a garantia do processo de acumulação, recuperação do Balanço de Pagamentos, reestruturação do sistema financeiro e controle do déficit público por meio do crescimento das receitas. Essas razões possibilitaram fazer a reforma tributária, aumentar as tarifas e eliminar as atividades ditas “assistencialistas”, criando condições necessárias para o crescimento econômico.

Por força dessas medidas o Estado recuperou sua capacidade econômica e implementou o Plano Nacional de Desenvolvimento, cuja meta, entre outras, era a retomada do crescimento das indústrias de bens duráveis. Nesse sentido, conforme observou Diniz (1981), houve um forte investimento público através do programa de infraestrutura e, estrategicamente suas ações estenderam ainda para o sistema de incentivos fiscais e subsídios às exportações, possibilitando o crescimento das exportações e importações, bem como acelerando a regionalização da economia através dos investimentos da SUDENE e do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Dessa forma, as obras de construção das rodovias Transamazônica, Imigrantes e da hidrelétrica de Itaipu são apontadas pelo SNIC como responsáveis por gerar um:

recorde de 24 fábricas instaladas entre 1970 e 1978, estimuladas pelos inúmeros projetos habitacionais e de infraestrutura. Em apenas 10 anos, a produção de cimento triplicou, saltando de nove para 27 milhões de toneladas anuais. O consumo per capita, por sua vez, passou de 100 para 227 kg por habitante ao ano (SNIC, 2010, p. 17).

Com objetivo de consolidar e manter acelerada a produção, a “ABCP firmou, em 1973, um convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para a construção de um centro de pesquisas sobre cimento e concreto”¹¹. Esse centro tornou-se a maior referência de pesquisas na produção de cimento ao estabelecer um intercâmbio entre empresa, professores e alunos da USP. Vale destacar que essa parceria contribuiu para uma melhor articulação

¹¹ ABCP(2006, p. 14) Declarada de utilidade pública estadual em 1968, e federal em 1970, a ABCP ampliou sua participação junto à esfera governamental nos anos 70.

das empresas ligadas à ABCP¹² junto às esferas governamentais, que passaram a adquirir suas pesquisas para implementação dos projetos de infraestrutura.

Através dos discursos constantes nos boletins comemorativos do SNIC¹³ e da ABCP, ao expor as conquistas da indústria nacional os empresários brasileiros apresentavam os avanços do capitalismo industrial no Brasil. Nesse sentido, o período de 1969 a 1974 é considerado um marco para a prosperidade da indústria de cimento no Brasil, devido à realização de obras públicas em todo o território nacional. Nesse contexto, a rodovia Transamazônica, apontada pelos militares como símbolo máximo de integração nacional; a construção de mais de 4 mil quilômetros de estradas por ano, a Ponte Rio-Niterói¹⁴, entre outros, são alguns exemplos do crescimento desse setor.

Todo esse crescimento esbarrava nas dificuldades internas de suprir a demanda de cimento, a saída encontrada pelo governo Geisel para a solução desse impasse foi a criação de um grupo de trabalho, cujo objetivo era a autossuficiência da indústria nacional na produção de cimento. Os trabalhos desse grupo foram coordenados por pesquisadores da ABCP em parceria com os aparelhos do governo. Os resultados foram publicados em 1976¹⁵ com orientação para a liberação de US\$ 3 bilhões para custear pesquisas de redução de custos com energia e combustível; e também para a aquisição de novas tecnologias, o que aumentaria a produção de cimento, a redução dos custos da indústria da construção civil e tornaria o país autossuficiente na exportação de cimento.

Novos elementos surgem em 1975 com a grande escala de recursos para o setor de produção de cimento, de acordo com Campos (2012, p. 317), os grupos Camargo Corrêa e João Fortes do ramo da Construção Civil Pesada, aproveitando a política de incentivos à importação de equipamentos, os incentivos fiscais do Estado e a demanda crescente, investiram na produção de cimento e abriram sua própria fábrica. Esses elementos con-

¹² ABCP (p.15) O programa de cursos da ABCP foi incrementado com o patrocínio de entidades públicas como a SUDENE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os DERs estaduais, o Instituto Militar de Engenharia (IME) e algumas universidades.

¹³ Boletim do SNIC (2010)

¹⁴ O setor também se beneficiou diretamente com a construção da Ponte Rio-Niterói: o SNIC conseguiu que o governo abrisse concorrência entre as empresas nacionais para o fornecimento das 200 mil toneladas de cimento necessárias à obra, derrotando aqueles que defendiam a importação do produto (SNIC, 2003).

¹⁵ A segunda metade da década foi marcada pela construção das monumentais hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, indicando a continuidade de um período de prosperidade para o setor cimenteiro. Com isso, duas novas fábricas, as da Soeicom e da Tupi, em Minas Gerais, foram inauguradas em 1976. SNIC (2003).

tribuíram também para que os empreiteiros reduzissem os custos na produção de concreto armado, utilizado em suas obras.

Entre os anos de 1969 e 1976, de acordo com os relatórios da ABCP (2006), o sucesso da indústria da construção civil e da construção pesada se misturou ao da indústria nacional de cimento, A produção que, durante quase uma década, era de 9 milhões passou para mais de 27 milhões de toneladas de cimento, o que possibilitou às grandes e médias indústrias acumulareem uma fortuna com a realização de obras públicas em todo o país.

Ajuizamos, pois, que o crescimento na produção e no consumo do cimento é fruto de um pesado investimento público no setor da indústria da construção civil pesada e da produção de equipamentos, todavia, o governo não fez investimentos em políticas públicas sociais, agravando ainda mais a histórica desigualdade social no Brasil. A crescente urbanização nas décadas de 1960 e 1980 contribuiu com a formação de um exército de reserva nas grandes cidades médias brasileiras, representando a desvalorização no preço da mão de obra, aumentando as disparidades entre pobres e ricos e reduzindo a expectativa de vida dos trabalhadores brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da chamada Era Vargas, o país embarcou em um processo de industrialização e modernização tecnológica que contribuiu para o surgimento e crescimento de grupos dos ramos da mineração, siderurgia, construção civil pesada e da indústria de cimento. Com o governo Juscelino Kubistchek, através do Plano de Metas, os investimentos se multiplicaram, especialmente nos setores de energia e transportes e indústria de base, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento do capital privado nestes segmentos.

No novo regime instaurado em 1964 as relações Estado-industriais do cimento se tornaram mais estreitas e sofisticadas. Verifica-se nesse período a acentuada concentração do capital a expansão de projetos de grandes proporções a exemplo de barragens, hidrelétricas, pontes e aeroportos, que demandavam toneladas de cimento, aço, ferro, gerando uma demanda por tecnologias e pesquisas, contribuindo para o surgimento de inúmeros institutos tecnológicos e propiciando desta forma o enriquecimento dos empresários dos respectivos setores.

REFERÊNCIAS

ABCP. **Cimento e Concreto**, nº 65, boletim de 1953 reeditado com o mesmo número em 1955, 1956, 1957 e 1961. _____. Notas e Comentários, nº 28, 1950.

Boletim Comemorativo dos 30 anos de criação da Fundação Educacional de Montes Claros, em abril de 2006,arquivo da Escola Técnica..

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro 1964-1985. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Tese de Doutorado defendida em 1963, na USP (1964, p. 172-174).

CARVALHO, Beatriz Maury de. **Impactos e Conflitos da Produção de Cimento no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nacional do Brasil – Unb, Brasília-DF, de 2008.

CHAVES, Marcelo Antonio. **Da periferia ao centro da(o) capital**: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil, São Paulo, 1925-vc 1945. Dissertação de Mestrado.Universidade Estadual deCampinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - Campinas, SP : [s.n.], 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Indústria Mineira**. Belo Horizonte – UFMG, 1981, p. 130-178.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FONSECA, Geraldo (Org.). MORAES, Amyntas Jacques de. **O Contemporâneo do Amanhã**. Edição da Família. V. 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Editora KMR, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** – volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1 e 5.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 3. ed. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL, 1976

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988

MELERO, Roberto Ap. Lopes. **A indústria cimenteira no Brasil**. Tese de mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, F. A. de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A Evolução da Estrutura Tributária e do Fisco Brasileiro: 1889-2009**. IPEA, Brasília. 2010.

PROCHNIK, Victor. **A dinâmica da indústria de cimento no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983, dissertação de mestrado.

PROCHNIK, Victor; PEREZ, A., SILVA, C.M.S. **A Globalização na Indústria de Cimento**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia Industrial, 1998. p. 91.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil : repressão e pretensão de legitimidade : 1964-1984** [livro eletrônico] – Londrina : Eduel, 2013.p. 192

SANTOS, Joeme Rodrigues dos. **Ação e reação em oligopólio homogêneo, um estudo de caso: a indústria capixaba de cimento**. Vitória: FUCAPE, 2005.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. Dissertação de mestrado. UNESP, Campus de Araraquara, São Paulo 2001.

